BGJOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

A COVID-19 E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES FAMÍLIA-ESCOLA EM ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) DE MARINGÁ E SARANDI

Alexandra Albertine Martins Miyamoto Sibin
Graduada em Geografia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil[1]
profalexandrasibin@gmail.com

Cleverson Alexsander Reolon
Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil[2]
careolon@uem.br

RESUMO: Este artigo aborda os impactos da covid-19 sobre a relação família-escola em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Maringá e Sarandi, enfatizando como ela exacerbou desigualdades socioespaciais já existentes. Adotando uma abordagem qualitativa, com realização de entrevistas, complementadas com análise de dados secundários, procura-se compreender as dificuldades enfrentadas pelas famílias durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Os resultados indicam que as famílias experimentaram significativas barreiras ao acesso à educação devido às limitações tecnológicas e à falta de suporte pedagógico, afetando adversamente o processo de ensino-aprendizagem. A análise revela uma necessidade premente de implementação de políticas públicas que abordem não apenas as questões educacionais emergentes, mas também as condições socioeconômicas subjacentes que as influenciam. Ao final, são apresentadas recomendações para reforçar a relação família-escola em comunidades carentes, sugerindo investimentos em infraestrutura tecnológica e em programas de capacitação, visando fomentar uma educação mais inclusiva e equitativa.
Palavras-chave: COVID-19; desigualdades socioespaciais; educação inclusiva; relação família-escola; Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

THE COVID-19 AND THE DYNAMICS OF FAMILY-SCHOOL RELATIONSHIPS IN SPECIAL ZONES OF SOCIAL INTEREST (ZEIS) OF MARINGÁ AND SARANDI

ABSTRACT: This article discusses the impacts of covid-19 on the family-school relationship within Special Zones of Social Interest (ZEIS) in Maringá and Sarandi, highlighting how the it has exacerbated pre-existing socio-spatial inequalities. Utilizing qualitative approaches, including interviews and secondary data analysis, it aims to understand the challenges families faced during Emergency Remote Education (ERE). Findings show significant barriers to education access due to technological limitations and lack of pedagogical support, adversely affecting the teaching-learning process. The analysis underscores the urgent need for public policies addressing not just emergent educational issues but also the underlying socioeconomic conditions influencing them. Recommendations are made to strengthen the family-school relationship in underserved communities, suggesting investments in technological infrastructure and in training programs to foment a more inclusive and equitable education.
Keywords: COVID-19; spatial inequalities; inclusive education; family-school relationship; Special Zones of Social Interest (ZEIS).

LA COVID-19 Y LA DINÁMICA DE LAS RELACIONES FAMILIA-ESCUELA EN ZONAS ESPECIALES DE INTERÉS SOCIAL (ZEIS) DE MARINGÁ Y SARANDI

RESUMEN: Este artículo examina los impactos de la covid-19 en la relación familia-escuela en las Zonas Especiales de Interés Social (ZEIS) de Maringá y Sarandi, destacando cómo ha intensificado las desigualdades socioespaciales existentes. Mediante un enfoque cualitativo, que incluye entrevistas y análisis de datos secundarios, se busca entender las dificultades que las familias enfrentaron durante el

[1] Av. Colombo, 5790, Zona 7, CEP 87.020-900, Maringá, Paraná - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Bloco H-12, sala 18.
[2] Av. Colombo, 5790, Zona 7, CEP 87.020-900, Maringá, Paraná - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Bloco H-12, sala 18.

BGJOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

Ensino Remoto Emergencial (ERE). Los hallazgos muestran que las familias encontraron barreras significativas para acceder a la educación, debido a limitaciones tecnológicas y falta de soporte pedagógico, impactando negativamente el proceso de enseñanza-aprendizaje. El análisis subraya la urgente necesidad de implementación de políticas públicas que no solo aborden los problemas educativos emergentes, sino también las condiciones socioeconómicas subyacentes que los influyen. Finalmente, se ofrecen recomendaciones para fortalecer la relación familia-escuela en comunidades desfavorecidas, proponiendo inversiones en infraestructura tecnológica así como en programas de capacitación a fin de promover una educación más inclusiva y equitativa.
Palabras clave: COVID-19; desigualdades socioespaciales; educación inclusiva; relación familia-escuela; Zonas Especiales de Interés Social (ZEIS).

Introdução

A covid-19 foi um evento global sem precedentes, afetando profundamente todas as esferas da vida humana, incluindo a educação. A relação entre famílias e escolas, particularmente em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Maringá e Sarandi – localizadas no Estado do Paraná – foi significativamente impactada sobretudo no período de isolamento social, na vigência do que foi chamado de Ensino Remoto Emergencial (ERE). Este artigo visa analisar esses impactos, destacando como as políticas de distanciamento social e o ERE, em particular, exacerbaram desigualdades socioespaciais pré-existentes.

Considerando a importância da escola no tecido social e econômico das comunidades, este estudo explora a dinâmica entre as instituições educacionais e as famílias durante este período crítico, com foco nas vulnerabilidades manifestadas. Importante destacar, conforme Horton (2020), que a covid-19 não deve ser interpretada como uma pandemia, de modo isolado, mas sim como uma sindemia, à medida que interage com outras doenças não transmissíveis e com as condições socioeconômicas desfavoráveis, agravando as desigualdades.

Por intermédio de uma metodologia qualitativa, incluindo entrevistas e análise de dados secundários, este trabalho busca oferecer um quadro analítico exploratório sobre as adaptações e os desafios enfrentados pelas famílias das ZEIS em relação ao processo de ensino-aprendizagem, propondo recomendações para fortalecer a relação família-escola em contextos de vulnerabilidade social. O recorte amostral da pesquisa abrange apenas as famílias que possuíam crianças estudando nos anos iniciais do ensino fundamental.

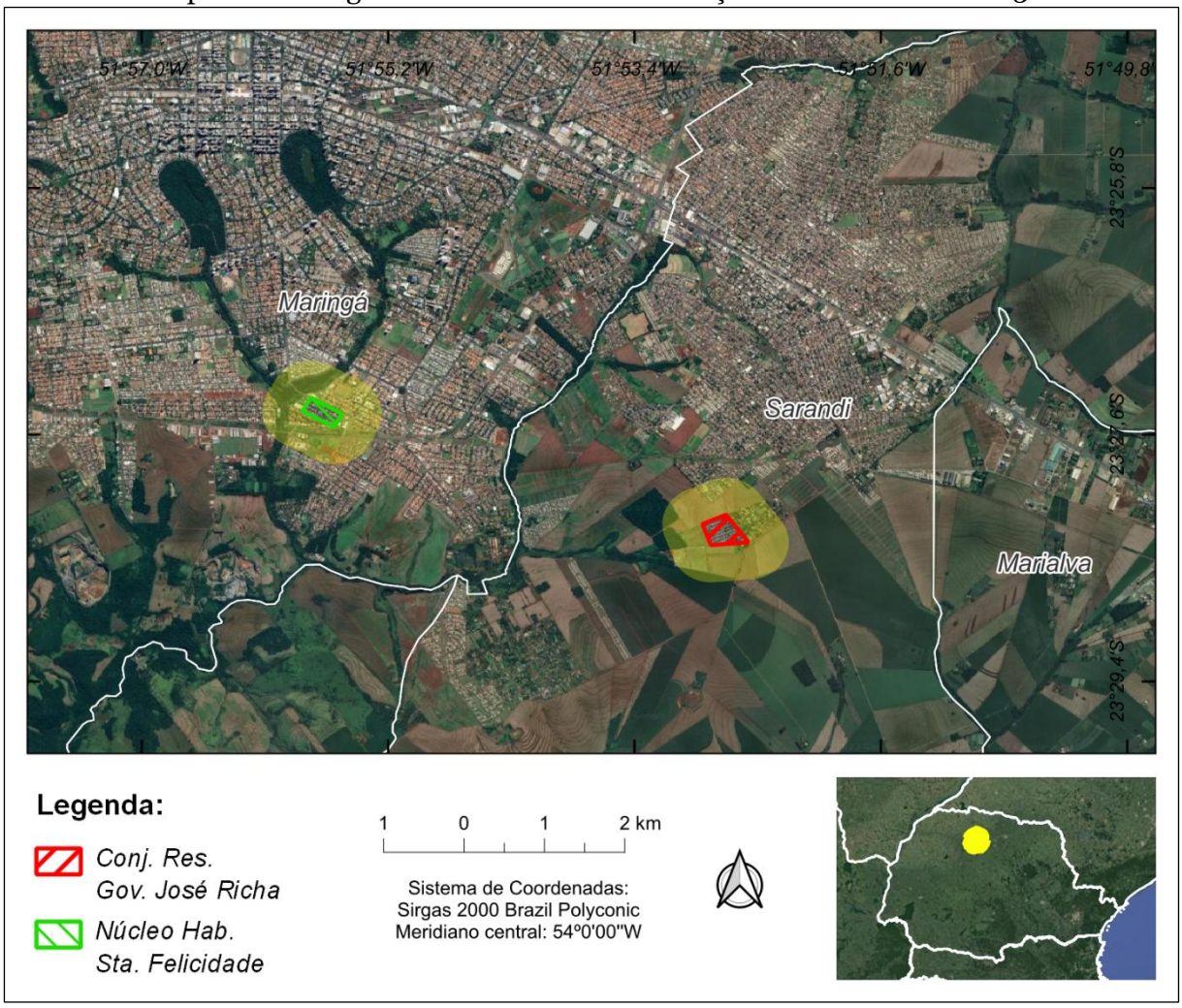
Este artigo está estruturado de forma a refletir uma análise metodológica e sistemática dos efeitos da covid-19 na interação entre famílias e escolas em áreas socialmente periféricas, em especial nas ZEIS. Inicia-se com a contextualização da crise sanitária e seu impacto no campo educacional, seguido pela descrição da metodologia de pesquisa. As seções subsequentes discutem as desigualdades socioespaciais agravadas pela covid-19 e os desafios e adaptações da relação família-escola. Conclui-se com uma síntese dos resultados e recomendações para políticas públicas que possam ser aplicadas tanto em contextos de crise quanto em períodos de normalidade.

As áreas de pesquisa e as desigualdades socioespaciais

A emergência da covid-19 agiu como um catalisador das desigualdades socioespaciais existentes, intensificando-as, não obstante as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que abrigam o Núcleo Habitacional Santa Felicidade e o Conjunto Residencial Governador José Richa – objetos de investigação desta pesquisa (Mapa 1) – já serem notórias por suas vulnerabilidades.

BGJOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

Mapa 1 – Maringá e Sarandi. Áreas de realização das entrevistas. 2023



Fonte: elaboração própria com base em NextGIS (2023).

As ZEIS são áreas urbanas designadas pelos planos diretores municipais ou leis específicas, com o objetivo de promover a moradia para populações de baixa renda. Em 2009, a Lei Federal n.º 11.977 de 08 de julho de 2009 definiu as ZEIS como "parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo" (BRASIL, 2009). Elas estão sujeitas a normas particulares de parcelamento, uso e ocupação do solo, focando principalmente na urbanização, produção de habitações de interesse social e mercado popular, e na regularização fundiária. Em Maringá, a Projeto de Lei Complementar do Plano Diretor de 2023, que visa regulamentar o Plano Diretor municipal, as define como "porções do território destinadas predominantemente à urbanização e produção de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP)" (MARINGÁ, 2023), enquanto Sarandi a Lei Complementar n.º 408 de 06 de junho de 2022 as designa como "porções do território municipal que têm como objetivo promover a urbanização e a regularização fundiária em áreas públicas ou particulares ocupados por população de baixa renda, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local" (Sarandi, 2022).

Sobre as áreas de estudo, inseridas em ZEIS, o Conjunto Residencial Governador José Richa foi implantado durante os anos de 2013 e 2014 como parte do programa Minha Casa

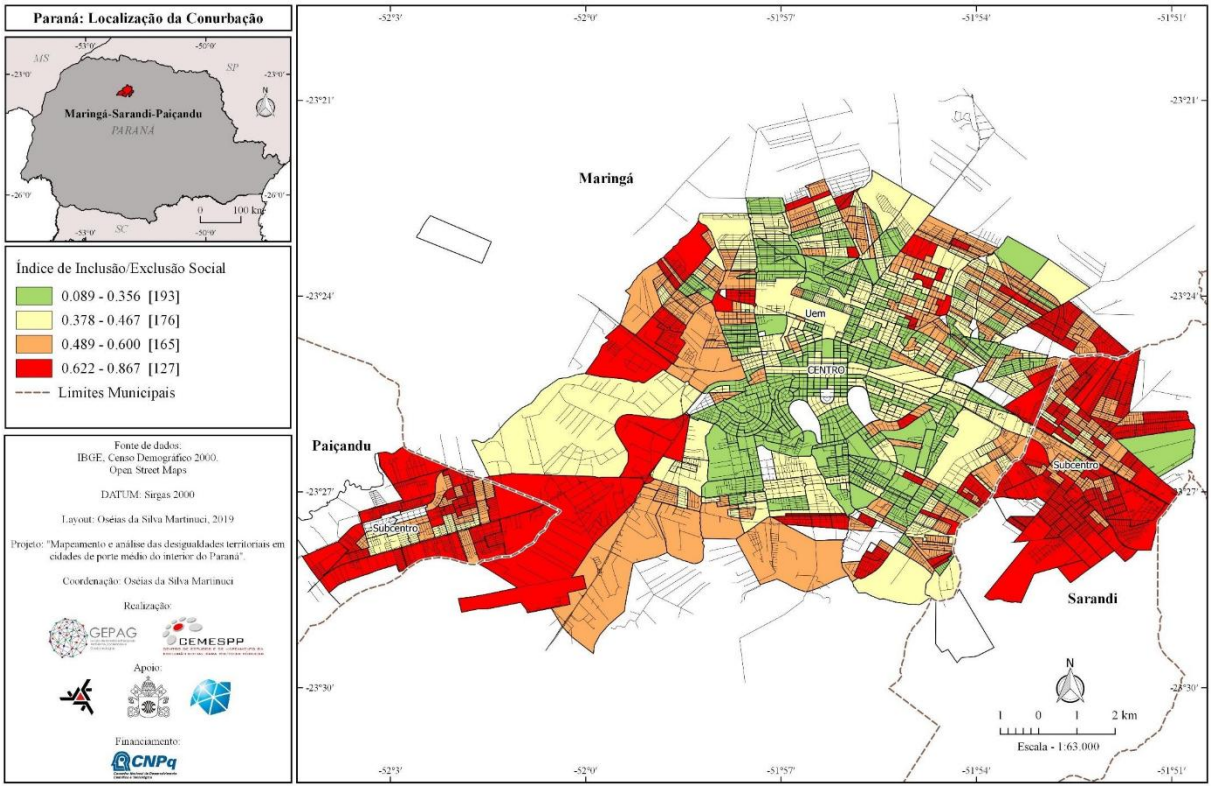
BG JOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

Minha Vida (PMCMV)[3]. Seu objetivo era prover moradia adequada para a população que vivia em condições precárias no Jardim Universal, também localizado em Sarandi. Segundo a Prefeitura Municipal de Sarandi, os moradores desse bairro enfrentavam riscos frequentes, incluindo alagamentos e deslizamentos que comprometiam a segurança das habitações, destacando que a implantação do Conjunto Residencial Governador José Richa foi uma resposta a essas vulnerabilidades, buscando oferecer um ambiente residencial mais seguro e estável (Sarandi, 2013).

Quanto ao Núcleo Habitacional Santa Felicidade, surgiu como parte de uma política de assistência social implementada em no final dos anos 1970, destinada a realocar moradores de favelas urbanas (Galvão; Rocha, 2010). Inicialmente foram construídas 30 casas populares, mas surgiram várias questões, incluindo a falta de documentação adequada para as propriedades e uma visão negativa por parte da elite, devido à localização privilegiada, já que se situa numa área valorizada, próxima de habitações de alto padrão, sendo, por isso, vista de forma depreciativa pelos interesses imobiliários e autoridades municipais (Rodrigues, 2004).

O mapa 2 apresentam as áreas de inclusão e exclusão de uma parcela do Arranjo Populacional de Maringá[4]. A intersecção das áreas que conformam os objetos de investigação desta pesquisa com este mapa atesta que o Núcleo Habitacional Santa Felicidade e o Conjunto Residencial Governador José Richa de fato configuram áreas de exclusão social.

Mapa 2 – Arranjo Populacional de Maringá. Áreas de inclusão e exclusão social. 2010



Fonte: Martinuci (2021, p. 393).

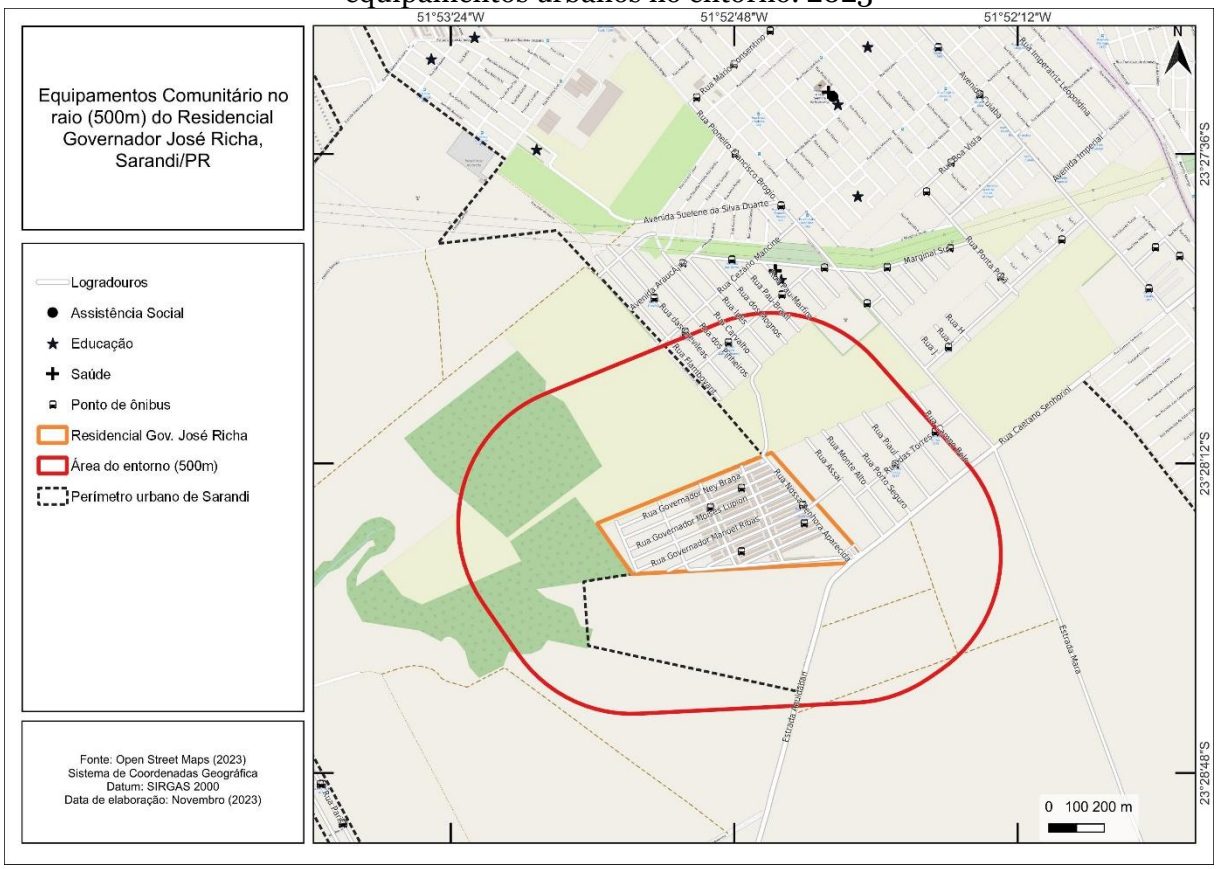
[3] O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em 2009, pela Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009 (Brasil, 2009) e vigorou no mesmo formato até 2021, quando passou a vigorar o Programa Casa Verde e Amarela, de acordo com a Lei n.º 14.118, de 12 de janeiro de 2021 (Brasil, 2021). O PMCMV foi recriado em 2023, pelo Lei n.º 14.620, de 13 de julho de 2023 (Brasil, 2023). Santos e Vasques (2020) argumentam que a primeira do PMCMV objetivou reduzir o déficit habitacional ao promover o acesso à moradia para a população de baixa renda, através da construção de unidades habitacionais. Buscou-se integrar investimentos para sustentação da dinâmica econômica com base na política social. Houve críticas a respeito de sua implantação e sobre a efetividade em atender as reais necessidades habitacionais, argumentando-se que em alguns casos o estímulo ao mercado da construção civil foi priorizado em detrimento da redução da carência habitacional.

[4] Discussões teóricos e definições de caráter técnico sobre os arranjos populacionais, assim como as composições municipais de cada arranjo, podem ser consultadas na publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2016).

BGJOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

As famílias residentes nas áreas de exclusão enfrentam desafios de ordem social e econômica, e seria de esperar que isso implicasse dificuldades de acesso a serviços públicos, incluindo educação, infraestrutura e apoio social. Porém, a situação geográfica privilegiada do Núcleo Habitacional Santa Felicidade implica diferenças em relação ao Conjunto Residencial Governador José Richa. Os mapas 3 e 4 apresentam a distribuição de serviços públicos e equipamentos urbanos no entorno dos bairros analisador, evidenciando a diferença na disponibilidade e proximidade aos mesmos. O Conjunto Residencial Governador José Richa demonstra limitações com poucas estruturas de serviços próximas, como pontos de ônibus (Mapa 3), enquanto Núcleo Habitacional Santa Felicidade exibe uma variedade de recursos acessíveis, como escolas, unidades de saúde e áreas de lazer, refletindo uma maior integração com a infraestrutura urbana da cidade (Mapa 4).

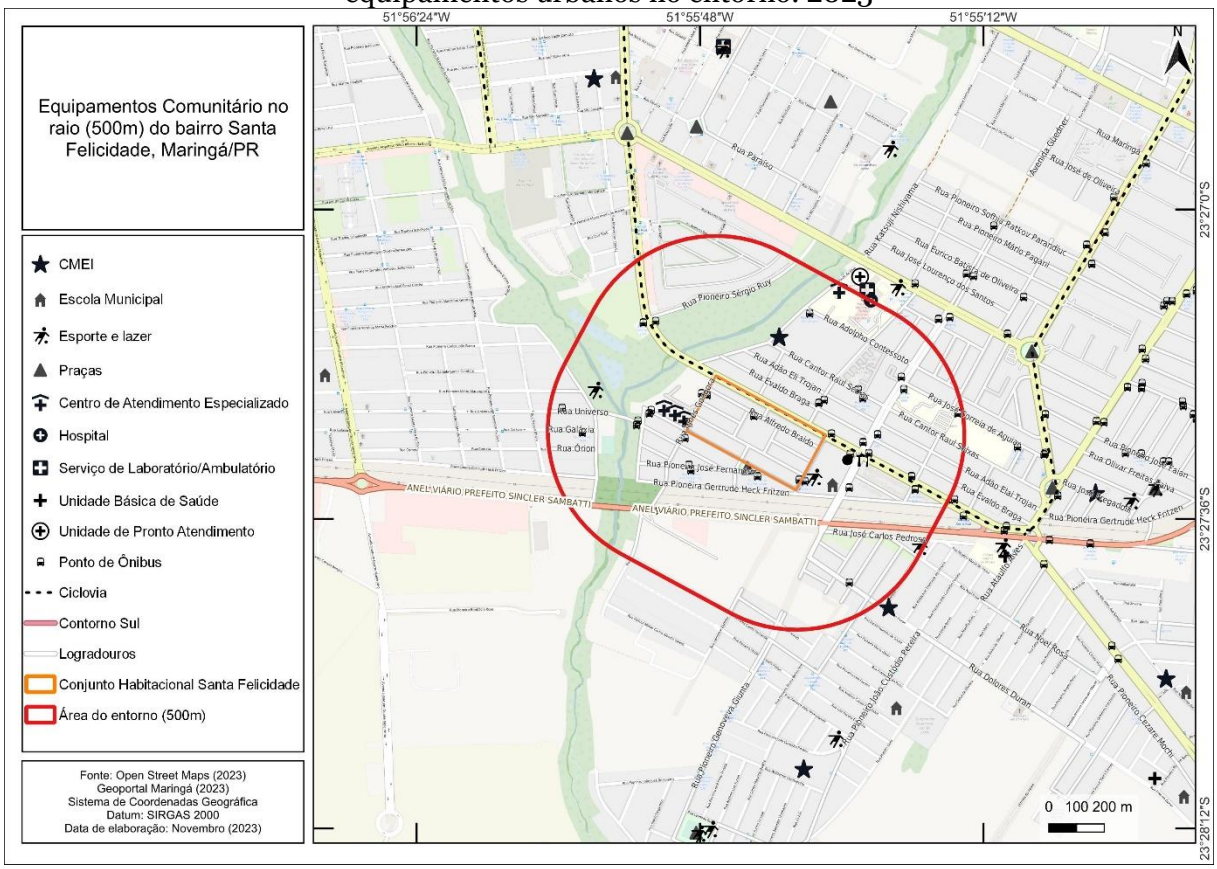
Mapa 3 – Conjunto Residencial Governador José Richa. Distribuição de serviços públicos e equipamentos urbanos no entorno. 2023



Fonte: elaboração própria com base em OpenStreetMap Foundation (2023).

BG JOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

Mapa 4 – Núcleo Habitacional Santa Felicidade. Distribuição de serviços públicos e equipamentos urbanos no entorno. 2023



Fonte: elaboração própria com base em OpenStreetMap Foundation (2023) e Maringá (2023).

Embora não conte com serviços públicos e equipamentos urbanos como escolas, praças ou unidades de saúde em seu entorno imediato, o Núcleo Habitacional Santa Felicidade beneficia-se de um planejamento urbano que permite aos residentes acessarem tais infraestruturas em bairros adjacentes em distâncias curtas, seja a pé ou por meio de transporte público. Por outro lado, o Conjunto Residencial Governador José Richa, embora tenha sido estabelecido com moradias padronizadas e espaços designados para serviços públicos e áreas de lazer, carece de implementação dessas estruturas pela prefeitura, resultando em menor acessibilidade e segregação dos residentes em relação ao contexto urbano mais amplo da cidade.

A interrupção das aulas presenciais não apenas expôs, como também intensificou as desigualdades pré-existentes nessas áreas estudadas, sobretudo no âmbito da educação, afetando de maneira desproporcional as famílias com base em suas condições socioeconômicas e localizações. Todavia, apesar de a distribuição e acessibilidade de serviços públicos e equipamentos urbanos de cada bairro terem sido cruciais do ponto de vista psicossocial para o enfrentamento da sindemia, a falta de acesso a recursos como internet e dispositivos adequados para o ensino à distância evidenciou uma disparidade ainda mais significativa na experiência educacional de famílias.

A sindemia de covid-19 e o Ensino Remoto Emergencial (ERE)

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) designou uma adaptação às condições impostas pela covid-19, especificamente no que diz respeito à suspensão das aulas presenciais que

BGJOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

vigorou de março a outubro de 2020 no Estado do Paraná. Portanto, foi uma medida temporária e excepcional para garantir a continuidade da educação durante o período de isolamento social, utilizando tecnologias de informação e comunicação para realização de atividades pedagógicas à distância.

A transição abrupta para o ERE apresentou desafios significativos para famílias e escolas dos bairros analisados em Maringá e Sarandi. As limitações no acesso a recursos tecnológicos, espaços adequados para estudo em casa e partir de casa, assim como ao suporte pedagógico emergiram como barreiras significativas durante a sindemia, e especial durante esse período, incidindo negativamente sobre o processo de ensino-aprendizagem. Este cenário exacerbou as dificuldades enfrentadas pelas famílias analisadas, destacando a interseção entre desigualdade socioespacial e acesso à educação.

A falta de acesso a dispositivos digitais adequados e conexões de internet confiáveis, às vezes se quer internet. prejudicou a capacidade dos estudantes de participar efetivamente do formato remoto de aula. Além disso, a preparação dos professores para o ERE foi insuficiente, afetando a qualidade da educação oferecida. Este cenário, portanto, reforçou a necessidade de promover a adoção de estratégias inclusivas que considerem inclusive as limitações tecnológicas das famílias em contextos de vulnerabilidade.

Acrescenta-se as condições de moradia das ZEIS, muitas vezes precárias e com espaços inadequados para estudo, somadas à pressão econômica, impactaram negativamente o desempenho escolar dos alunos. A dependência de recursos escolares, como alimentação e suporte pedagógico, tornou-se mais crítica, evidenciando a importância de políticas públicas integradas para enfrentar essas desigualdades.

Por tais razões o papel desempenhado pelas instituições escolares localizadas nas ZEIS ficou ainda claro quanto ao fato de exercerem uma função social que vai além da educação formal, atuando como centros de apoio para as famílias do bairro, o que pode ser claramente ilustrado pela distribuição de alimentos realizada durante a vigência do ERE.

As desigualdades e a relação família-escola na vigência do Ensino Remoto Emergencial (ERE)

A análise dos impactos da sindemia de covid-19 sobre a relação família-escola em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Maringá e Sarandi está assentada sobre uma proposta metodológica de caráter qualitativo, baseada em entrevistas semiestruturadas, “centralizada no problema” (Flick, 2007, p. 100)[5].

A seleção dos participantes foi realizada por meio de amostragem intencional[6], buscando abranger uma gama representativa de experiências dentro das comunidades estudadas. Especificamente, as entrevistas foram realizadas com pais de crianças matriculadas nos primeiros anos do ensino fundamental, permitindo uma compreensão clara das experiências, percepções e adaptações necessárias durante este período.

As sessões de entrevista ocorreram entre maio e julho de 2023, contando exclusivamente com a participação de mulheres. O Quadro 1 detalha as estruturas familiares das entrevistadas, abrangendo o número de membros e suas faixas etárias, organizados de acordo com o local de moradia.

[5] Essa técnica de entrevista se distingue por três principais características: foco em questões, muitas vezes de natureza social; orientação específica para o tema em estudo; e supervisão ativa do pesquisador, assegurando adaptabilidade no processo de coleta de dados. Ela possibilita que entrevistador se aprofunde nas respostas dos participantes, permitindo ajustes no conjunto de perguntas previamente definidas para obter informações mais ricas e detalhadas conforme a conversa evolui.

[6] A amostragem intencional, também conhecida como amostragem proposital, é uma técnica de seleção de amostra usada na pesquisa qualitativa, em que os participantes são escolhidos com base em suas características específicas ou experiências que os tornam particularmente importantes do estudo (Patton, 2015). O objetivo é selecionar indivíduos que possam contribuir com experiências ou relatos prolíficos sobre o tema em questão, em vez de procurar uma amostra representativa da população geral. Portanto, trata-se de uma técnica que permite ao pesquisador focar em particularidades ou casos que são especialmente informativos para a pesquisa.

BGJOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

Quadro 1 – Composição das famílias entrevistadas. 2023

Local de residência	Família A	Família B	Família C	Família D
Maringá	**4 pessoas:**	**7 pessoas:**	**5 pessoas:**	**4 pessoas:**
	Pai, 36 anos	Pai, 37 anos	Pai, 49 anos	Pai, 41 anos
	Mãe, 27	Mãe, 21	Mãe, 44	Mãe, 30
	Filhos, 9 e 0	Filhos, 13, 10, 8, 4 e 1	Filhos, 11 e 9	Filhos, 11 e 8
	–	–	Avô, 63	–
Sarandi	**2 pessoas:**	**6 pessoas:**	**5 pessoas:**	**6 pessoas:**
	–	–	–	Pai, 40 anos
	Mãe, 40 anos	Mãe, 30 anos	Mãe, 35 anos	Mãe, 32
	Filho, 8	Filhos, 19, 11, 9 e 6	Filhos, 18, 16, 11 e 9	Filhos, 11, 10, 8 e 4
	–	Avó, 50	–	–

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo (2023).

A composição das famílias aponta para uma variedade de estruturas. Com amplas faixas de idades entre os filhos, as necessidades educacionais variam consideravelmente entre uma família e outra, indo desde o cuidado infantil e educação primária até desafios associados ao ensino médio e à transição para a vida adulta. O Censo Demográfico de 2022 mostra que a média de moradores em domicílios particulares permanentes ocupados em Maringá (2,6) é menor do que em Sarandi (2,76), mas no caso da composição das famílias entrevistadas, a média é praticamente equivalente. Em Sarandi, a estrutura das famílias parece ser mais diversa, com algumas famílias incluindo membros da geração mais velha, como avó, e, além disso, aí se faz notável a presença de famílias monoparentais, com mães como chefes do lar.

O conteúdo das entrevistas revela uma complexidade de desafios que refletem as desigualdades socioespaciais e as vulnerabilidades existentes nas ZEIS. No Conjunto Residencial Governador José Richa a falta de acesso a equipamentos adequados para aulas remotas, a ausência de apoio pedagógico e as dificuldades de adaptação ao cotidiano sem o devido suporte escolar foram queixas comuns. Muitas famílias relataram que as crianças ficaram sem aprender adequadamente durante o período, evidenciando a inadequação das estruturas residenciais e comunitárias e a falta de preparo para o ensino à distância.

No Núcleo Habitacional Santa Felicidade deparou-se com um cenário onde as famílias mostraram certa resiliência, apesar das dificuldades impostas pela covid-19 e pelo ERE. A proximidade e acessibilidade à escola parece ter oferecido algum suporte, embora a falta de equipamentos adequados em casa e a necessidade de conciliar trabalho e estudos tenham sido desafiadores para as famílias. As entrevistadas relataram problemas como a dificuldade de manter crianças engajadas, assim como ausência de suporte pedagógico adequado – à despeito da proximidade da escola –, de modo semelhante às experiências das famílias do Conjunto Residencial Governador José Richa. No entanto, a falta de infraestrutura comunitária e educacional neste último parece ter exacerbado os efeitos sociais deletério da sindemia, resultando em um acesso ainda mais restrito ao próprio ERE. O Quadro 2 apresenta uma sinopse comparativa dos impactos da covid-19 sobre as duas áreas de estudo.

Quadro 2 – Áreas de estudo. Comparativo dos impactos da covid-19 nas relações família-escola. 2023

Aspectos	Conjunto Residencial Governador José Richa	Núcleo Habitacional Santa Felicidade
Acesso às escolas	Restrições pela falta de infraestrutura	Acesso mediante bairros vizinhos
Infraestrutura domiciliar	Moradias padronizadas sem espaços de estudo	Residências simples, mas com planejamento urbano satisfatório
Suporte pedagógico durante o ERE	Limitado apoio pedagógico	Dificuldades com engajamento e suporte
Impactos na relação família-escola	Exacerbados pela falta de infraestrutura, inclusive comunicacional	Desafiador, apesar de melhor acesso a serviços

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo (2023).

BGJOURNAL
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL
GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

Como síntese, é possível dizer que as estratégias de adaptação desenvolvidas pelas comunidades e escolas tiveram alcance bastante limitado, embora possam ter amenizado alguns efeitos da crise sanitária. O quadro geral aponta para a necessidade de uma abordagem mais integrada e sustentável de apoio social e educacional. Cabe ressaltar que a sindemia de covid-19 ofereceu uma oportunidade de reflexão sobre a relação família-escola, especialmente no que concerne às áreas de maiores desigualdades e vulnerabilidades, destacando a importância de se construir estruturas de suporte flexíveis e resilientes em face de crises dessa natureza.

Considerações finais

Este estudo evidencia os profundos impactos da sindemia de covid-19 sobre as relações família-escola em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Maringá e Sarandi, destacando a intensificação das desigualdades socioespaciais especialmente durante o período de vigência do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Inicialmente, cabe chamar atenção para o fato de que o ensino remoto emergiu como um campo de disputa política inclusive – e por que não dizer, político-partidária –, fazendo com as lacunas de qualidade e o próprio acesso à educação fossem ampliadas, exacerbando as vulnerabilidades das famílias menos favorecidas. Tal situação sublinha a interdependência entre a educação e as condições socioeconômicas, reiterando a necessidade de implementação de políticas públicas que abordem as raízes estruturais das desigualdades.

A compreensão da covid-19 como parte de uma sindemia reforça a necessidade de abordagens integradas que considerem tanto a saúde pública quanto as condições socioeconômicas. No contexto das ZEIS essa perspectiva amplia o entendimento dos desafios enfrentados pelas famílias, destacando a interconexão entre as desigualdades socioespaciais e a eficácia do ERE. Portanto, é importante considerar que medidas de resposta às crises, como a de natureza sanitária, devem não apenas focar no controle da doença, mas também em ações que visem reduzir as disparidades sociais e melhorar o bem-estar comunitário.

Nesse sentido, coloca-se como premente a importância de fortalecer a relação família-escola como uma rede de apoio contínua, destacando a necessidade de implantação e manutenção de uma infraestrutura tecnológica adequada e de programas de capacitação e suporte psicossocial que beneficiem o processo de ensino-aprendizagem. Investimentos dessa natureza parecem ser vitais para a garantia de resiliência e o sucesso educacional em longo prazo, possibilitando que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de desenvolvimento pessoal.

O resultado das análises das entrevistas torna claro que, para o devido enfrentamento dos quadros de crises, tais como o engendrado pela covid-19, é necessária a implementação e coordenação de políticas educacionais e sociais que abordem as vulnerabilidades específicas das comunidades socialmente excluídas, promovendo maior equidade pelo menos quanto ao acesso aos equipamentos didático-pedagógicos. Recomenda-se, com base nisso:

- Fortalecer a infraestrutura de ensino mediante investimentos em tecnologia de informação e comunicação nas escolas e, quando imprescindível, nas comunidades carentes, garantindo acesso universal aos meios de ensino;
- Promover programas de capacitação para educadores e pais, treinamento voltados para habilitar professores e pais tornando-os capazes de lidar com os desafios do ensino remoto e híbrido;
- Oferecer apoio psicossocial, com prestação de serviços nas escolas para atender às necessidades emocionais de estudantes e famílias da comunidade;
- Estimular parcerias comunitárias, visando a formação de redes de apoio entre escolas, famílias e organizações comunitárias, tais como as associações de bairro, para promover resiliência e adaptação;

ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

- Criar sistemas de monitoramento e avaliação das políticas públicas implementadas, de modo a avaliar a eficácia das mesmas, permitindo ajustes contínuos.

Estas ações são fundamentais não apenas para o enfrentamento de um cenário pandêmico, mas também para construir sistemas educacionais mais robustos e universalizantes. Isso ficou claro uma vez que os desafios educacionais identificados nas ZEIS, como acesso limitado a recursos e a suporte pedagógico, caracterizam problemas persistentes que transcendem períodos de crise, refletindo questões estruturais do sistema educacional.

Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]. Brasília: 2009. Publicado no Diário Oficial da União, seção 1, p. 2, em 8 jul. 2009. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11977-7-julho-2009-589206-publicacaooriginal-114190-pl.html. Acesso em 30 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 14.118, de 12 de janeiro de 2021**. Institui o Programa Casa Verde e Amarela [...]. Brasília: 2021. Publicado no Diário Oficial da União, seção extra, em 26 mar. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14118.htm. Acesso em 30 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 14.620, de 13 de julho de 2023**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida [...]. Brasília: 2023. Publicado no Diário Oficial da União em 14 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14620.htm. Acesso em 30 nov. 2023.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GALVÃO, A. A.; ROCHA, M. M. Mobilidade social e questão territorial em Maringá–PR: o caso dos moradores do Bairro Santa Felicidade. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.ser.ufpr.br/geografar>. Acesso em: 14 dez. 2022.

HORTON, R. **Offline**: COVID-19 is not a pandemic. The Lancet, London, v. 396, n. 10255, p. 874, 26 set. 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32000-6.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home/. Acesso em: 10 nov. 2023.

MARINGÁ. Prefeitura do Município de Maringá. **Portal Geomaringá**. Maringá, 2023. Disponível em: http://geoproc.maringa.pr.gov.br:8090/SIGMARINGA/. Acesso em: 10 nov. 2023.

ISSN 2179-2321
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Articles | Artigos | Artículos | Articles
DOI: https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-72445

MARINGÁ. **Projeto de Lei Complementar do Plano Diretor**. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Maringá [...]. Maringá: Poder Executivo, 2023. Disponível em: https://www.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/141223164931_projeto_de_lei_complementar_pdf.pdf. Acesso em 14 dez. 2023.

MARTINUCI, O. da S. (Coord.). **Atlas da inclusão/exclusão social das cidades de porte médio do interior do estado do Paraná (2000 e 2010)**. 2021. 524 f. (Relatório de Pesquisa) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

NEXTGIS. **QuickMapServices [QGIS Python Plugins Repository]**: Google Satellite. Disponível em: https://github.com/nextgis/quickmapservices. Acesso em 23 nov. 2023.

OpenStreetMap Foundation. **Open Database License**: OpenStreetMap. Cambridge, 2023. Disponível em: https://www.openstreetmap.org/#map=6/-28.072/-56.997. Acesso em: 10 nov. 2023.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**: integrating theory and practice. SAGE Publications. Edição do Kindle. 4 ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2015.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. 2004. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, A. M. S. P.; VASQUES, P. H. R. P. O programa Minha Casa Minha Vida contribui para a construção do direito social à moradia? A experiência no Estado do Rio de Janeiro. *In*: MARAFON, G. J.; MAIA, D. S. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida**: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas [recurso eletrônico]. 1. ed. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. p. 75-112.

SARANDI. **Lei Complementar n.º 408 de 06 de junho de 2022**. Institui o Plano Diretor do Município de Sarandi e dá outras providências. Sarandi: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sarandi/lei-complementar/2022/41/408/lei-complementar-n-408-2022-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-sarandi-e-da-outras-providencias. Acesso em 30 nov. 2023.

SARANDI. **Moradores do Universal conhecem o Residencial José Richa**. Prefeitura de Sarandi, 2013. Disponível em: http://www.sarandi.pr.gov.br/web/index.php/noticias/item/moradores-do-universal-conhecem-o-residencial-jose-richa. Acesso em: 20 jan. 2023.

Recebido em: 25/08/2023.
Aprovado para publicação em: 27/12/2023.